

ENTRE O CAMPO E O ESTEREÓTIPO: IMAGINÁRIO GEOGRÁFICO E A INVISIBILIDADE DA MULHER NORDESTINA NO FUTEBOL BRASILEIRO

Between the field and the stereotype: geographic imaginary and the invisibility of the northeastern woman in brazilian football

Entre el campo y el estereotipo: imaginario geográfico y la invisibilidad de la mujer nortea en el fútbol brasileño

Data de recebimento: 10/05/2026

Data de publicação: 30/07/2026

Jobedir Holanda Ravette¹,
Adriana de Sá Leite de Brito²
Dirceu Cadena³

RESUMO

Este artigo analisa como os estereótipos de gênero e o preconceito regional operam para estabelecer barreiras simbólicas que reforçam a invisibilidade da mulher nordestina no futebol brasileiro. O trabalho justifica-se pela marginalização que os estudos de gênero ainda ocupam na Geografia dos Esportes, apesar do avanço na compreensão do futebol como fenômeno estruturante do território. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e crítica, utilizando a Análise de Conteúdo e a Análise Léxica, para confrontar o discurso hegemônico. O levantamento fundamenta-se em duas frentes: revisão bibliográfica sobre a “invenção do Nordeste”, como uma região generificada e a análise de reportagens publicadas entre 2018 e 2026 referentes ao futebol de mulheres. Os resultados demonstram que a marginalização da atleta nordestina não é um fato isolado, mas parte de um projeto de significação regional que associa o Nordeste ao atraso e ao passado, em oposição a um Sul-Sudeste idealizado como moderno e desenvolvido. Conclui-se que a cobertura esportiva nacional pratica uma invisibilidade seletiva, frequentemente retratando o futebol de mulheres nordestino através da lente do exótico, do heroísmo ou da carência financeira, em detrimento da competência técnica e do profissionalismo das equipes e jogadoras da região.

Palavras-chave: Futebol de Mulheres. Região Nordeste. Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes how gender stereotypes and regional prejudice operate to establish symbolic barriers that reinforce the invisibility of Northeast Brazilian women in football. The study is justified by the continued marginalization of gender studies within the Geography of Sports, despite advancements in understanding football as a phenomenon that structures territory. The research adopts a qualitative approach exploratory and critical in nature utilizing Content Analysis and Lexical Analysis to confront hegemonic discourse. The investigation is grounded in two fronts: a literature review on the “invention of the Northeast” as a gendered region, and an analysis of news reports published between 2018 and 2026 regarding women's football. The results demonstrate that the marginalization of the Northeastern female athlete is not an isolated incident, but part of a regional project of meaning that associates the Northeast with backwardness and the past, in contrast to an idealized South-Southeast seen as modern and developed. The study concludes that national sports coverage practices a selective invisibility, frequently portraying Northeastern women's football through the lens of the exotic, individual heroism, or financial hardship, at the expense of the technical competence and professionalism of the region's teams and players.

Keywords: Women's Football. Northeast Region. Gender.

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8087-4283>

2 Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO/UFC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6742-6116>

3 Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6601-3646>

RESUMEN

Este artículo analiza cómo los estereotipos de género y el prejuicio regional operan para establecer barreras simbólicas que refuerzan la invisibilidad de la mujer nordestina en el fútbol brasileño. El trabajo se justifica por la marginalización que los estudios de género aún ocupan en la Geografía de los Deportes, a pesar del avance en la comprensión del fútbol como fenómeno estructurante del territorio. La investigación adopta un enfoque cualitativo de naturaleza exploratoria y crítica, utilizando el Análisis de Contenido y el Análisis Léxico para confrontar el discurso hegemónico. El relevamiento se fundamenta en dos frentes: revisión bibliográfica sobre la “invención del Nordeste”, como una región generizada, y el análisis de reportajes publicados entre 2018 y 2026 referentes al fútbol femenino. Los resultados demuestran que la marginalización de la atleta nordestina no es un hecho aislado, sino parte de un proyecto de significación regional que asocia el Nordeste al atraso y al pasado, en oposición a un Sur-Sudeste idealizado como moderno y desarrollado. Se concluye que la cobertura deportiva nacional practica una invisibilidad selectiva, frecuentemente retratando el fútbol femenino nordestino a través de la lente de lo exótico, del heroísmo o de la carencia financiera, en detrimento de la competencia técnica y del profesionalismo de los equipos y jugadoras de la región.

Palabra-Chaves: Fútbol Femenino. Región Nordeste. Género.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma dissertação de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). O ensaio aqui apresentado busca compreender os processos históricos de produção das construções discursivas que caracterizam o Nordeste como uma região generificada, isto é, cujo os imaginários geográficos estão intrinsecamente atrelados a hierarquias e identidades de gênero.

A região Nordeste foi paulatinamente construída como o espaço da “saude”, um lugar de retorno obrigatório estagnado no tempo. Nela, tradição e modernidade coexistiam em conflitualidade, diante da crescente horizontalização das relações sociais. Neste sentido, estereótipos foram vinculados a região, como o relacionado à questão de gênero: O Nordeste seria a região do “cabra macho”, o emblema que representaria o ideal do homem nordestino como valente, rural e resistente às mudanças que estavam ocorrendo nesse período, uma resposta de uma estrutura patriarcal relutante em perder privilégios historicamente construídos (Albuquerque Jr., 2003; 2009).

Tal construção simbólica enquadrava a figura feminina a um contexto de subordinação. Segundo Fischer (2006), a mulher sertaneja está inserida em um complexo nó de dominação que perpassa as esferas de classe e gênero. Deste modo, esses certames também reverberam nas práticas esportivas, conforme observa Pimenta (2009), que ao pesquisar o futebol no sertão nordestino, nos mostra que a modalidade ainda permanece fortemente atrelada ao público masculino.

Embora a Geografia dos Esportes tenha avançado significativamente na compreensão do futebol como fenômeno estruturante do território brasileiro (Mascarenhas, 1999), os estudos de gênero ainda ocupam um espaço marginal nessas análises. Justifica-se, portanto, a relevância desta pesquisa ao abordar uma pauta contemporânea fulcral, que visa desvendar como as relações de

gênero reconfiguram as territorialidades e os simbolismos tradicionalmente associados ao esporte mais popular do país (Lindo, 2023).

Além das questões de gênero, o futebol na região ainda vive em uma situação periférica em termos de visibilidade, investimento e apoio institucional comparado ao Sudeste do país. Porém, essa falta de visibilidade não impediu que o Nordeste fosse um expoente de grandes estrelas do meio futebolístico. No entanto, quando estes atletas são destaques na mídia o lugar de origem é retirado de suas biografias (Silva, 2022).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo identificar como os estereótipos de gênero e de preconceito regional operam para estabelecer barreiras simbólicas que reforçam a invisibilidade da mulher nordestina no futebol.

METODOLOGIA

Para compreender a complexidade que envolve a invisibilidade das jogadoras nordestinas, este trabalho trilha um caminho qualitativo, de natureza exploratória e crítica. Para alcançar os objetivos propostos, a investigação utiliza a Análise de Conteúdo, baseada em Bardin (1977). Como resultado, produzimos um quadro com as representações midiáticas referente às jogadoras nordestinas para colocar frente a frente o discurso hegemônico e as reais táticas de resistência dessas atletas.

O levantamento que sustenta essa análise foi construído em duas frentes complementares. Primeiro, houve um mergulho bibliográfico focado na ideia da “Invenção do Nordeste” e nas questões de gênero no esporte, com especial suporte nas leituras de Albuquerque Jr. (2009) e Goellner (2008). Por fim, fechamos o ciclo com uma análise de reportagens e manchetes entre os períodos de 2018 e 2026. A delimitação proposta justifica-se por abarcar desde a ruptura provocada pela obrigatoriedade do futebol de mulheres nos clubes de elite que gerou um volume documental inédito em portais, até o atual horizonte de 2026, permitindo analisar a transição de uma cobertura episódica para uma presença contínua e territorializada da atleta nordestina na mídia. Ao todo foram analisadas 6 matérias de diferentes veículos de comunicação do país.

A sistematização desse material seguiu o critério proposto por Gil (2008), que orienta a organização dos dados em unidades significativas para facilitar a análise comparativa. Dessa forma, as informações coletadas foram agrupadas em categorias analíticas importantes, como o perfil das narrativas, a estigmatização geográfica e o investimento financeiro. Essa organização permitiu não apenas catalogar o conteúdo, mas estabelecer conexões profundas entre o que é dito pela mídia e a estrutura de exclusão que atinge as jogadoras.

Na etapa de tratamento dessas informações, aplicamos a Análise Léxica e de Conteúdo. O objetivo aqui foi rastrear padrões de representação através das palavras e adjetivos usados para descrever as jogadoras nordestinas, confrontando-os com o tratamento dado às atletas do eixo Sul-Sudeste. Através do uso de tabelas comparativas, buscamos expor a “hierarquia de credibilidade” que muitas vezes se esconde no jornalismo esportivo, observando como o foco narrativo e a abordagem financeira podem servir tanto para enquadrar quanto para apagar essas mulheres do cenário nacional.

A CONSTRUÇÃO DO NORDESTE NA INTERFACE COM O SEMIÁRIDO

A consolidação do que hoje compreendemos como Nordeste brasileiro foi construída de forma gradual, a partir de rompimentos necessários com interpretações estritamente biológicas ou climatológicas que tendem a reduzir a região à irregularidade pluviométrica, à elevada evapotranspiração e à fisionomia da Caatinga. Com a ampliação do entendimento regional, em estreita relação com o semiárido, passa a ser apreendido para além da escassez hídrica e consolida-se como um espaço antropogênico, uma região forjada por séculos de tensões políticas, heranças culturais e dinâmicas sociais persistentes (Andrade, 2005).

Compreender a delimitação do recorte geográfico do semiárido exige, portanto, o reconhecimento de que os fatores climáticos e edáficos não operam de forma isolada; eles estão intrinsecamente amarrados às formas de ocupação do solo, às estratégias de reprodução da vida e à produção de sentidos simbólicos que os sujeitos atribuem ao seu lugar de existência, que participam da própria construção histórica e social do Nordeste (Silva, 2006). Nesse sentido, a delimitação espacial do semiárido brasileiro, apresentada a seguir na Figura 1, contribui para situar empiricamente essa discussão, evidenciando a abrangência territorial do fenômeno e suas implicações socioespaciais.

Figura 1 – Mapa do semiárido brasileiro.



Fonte: IBGE, 2021.

Ao analisarmos a Figura 1, constatamos que o semiárido brasileiro se constitui como um recorte territorial amplo e diverso, cuja compreensão não pode se restringir ao fator climático. Sua delimitação cartográfica, historicamente vinculada a critérios institucionais, como os definidos pela Sudene, nos permite visualizar a abrangência espacial do fenômeno, reforçando a necessidade de interpretá-lo de modo multivariado, a partir da articulação entre dimensões naturais e socioespaciais, reconhecendo sua complexidade e heterogeneidade (Silva, 2006).

Sob a ótica socioambiental, o semiárido brasileiro desafia o senso comum, pois embora possua índices pluviométricos superiores a outras zonas áridas globais, sua vulnerabilidade natural reside na extrema irregularidade das chuvas e nos altos índices de evapotranspiração. Esse quadro é agravado por características geológicas do embasamento cristalino da região, característico da área de depressão sertaneja, cuja baixa permeabilidade impede a infiltração profunda e limita a formação de aquíferos perenes.

O resultado é um ciclo de escoamento superficial mais acelerado que torna a disponibilidade hídrica sazonal e intermitente. Assim sendo, o desafio estrutural da região não se baseia apenas na análise do volume de precipitação; é concentrado também na necessidade de desenvolvimento de tecnologias de convivência e de modelos de gestão política que respeitem essas pulsações geofísicas do território (Malvezzi, 2007).

Dentro do universo das representações, o conceito de sertão acabou se tornando a peça-chave para entender como o semiárido foi desenhado. Ele não era apenas um lugar no mapa, mas uma categoria usada para marcar o que era “diferente” ou “distante” do poder econômico e administrativo que se concentrava no litoral. É um equívoco enxergar essa imensidão apenas como um obstáculo geográfico; na verdade, ela foi engolida pelo projeto colonial através de uma lógica de fronteira móvel. Foi a força da pecuária e o avanço dos sertanistas que serviram de ferramentas para dominar e ocupar o solo nordestino. Nesse movimento, o que antes era visto como um “vazio” nos mapas antigos, ganhou vida e circulação, transformando-se em um cenário onde as estruturas sociais da colônia se refizeram e onde surgiram modos únicos de resistência e adaptação àquele meio (Abreu, 1998).

A cristalização do sertão no imaginário nacional não decorre apenas de suas bases materiais, mas de uma densa camada de representações que, ao longo do século XX, forjaram a identidade do Nordeste. Nesse cenário, a literatura e o pensamento social atuaram como dispositivos centrais de significação. Ao publicar *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1902) não apenas inseriu a região na agenda política do país, mas também inaugurou uma ontologia que vinculava indissociavelmente o sujeito sertanejo ao determinismo de um meio físico hostil. Se, por um lado, essa narrativa denunciou o abandono estatal, por outro, acabou por sedimentar estereótipos de isolamento e anacronismo.

Essa geografia imaginária é precisamente o que Albuquerque Jr. (2009) define como uma invenção histórica: uma trama discursiva onde a seca deixa de ser meramente um fenômeno climático para se tornar um signo identitário, operando como uma ferramenta de controle e diferenciação regional. Dessa forma, entende-se que a marginalização do nordestino não é um fato isolado, mas parte de um projeto de significação regional mais amplo. O Nordeste não é meramente um dado da natureza, uma fatalidade geográfica; o mesmo se materializa a partir de uma construção histórica e cultural que se deu por meio de discursos que buscaram delimitar uma região do atraso, da seca e do passado, em oposição a um outro Brasil, apoiado na ideia de um Centro-Sul moderno, industrial e desenvolvido. Essa invenção serviu como estratégia de poder para silenciar as múltiplas vivências locais que não se encaixavam no estereótipo regional (Albuquerque Jr, 2009).

Contudo, a reconfiguração das condições de existência no semiárido ultrapassa a mera implementação de infraestruturas produtivas ou a democratização do acesso aos recursos naturais.

O desafio impõe, sobretudo, uma ruptura cultural com as representações hegemônicas que, secularmente, estigmatizaram a região e seus sujeitos. Por décadas, o imaginário nacional nutriu uma iconografia do fatalismo, onde a escassez hídrica era apresentada como a causa única e inexorável da subalternidade socioeconômica. Ao naturalizar a desigualdade como um subproduto do clima, tais discursos operaram como uma cortina de fumaça ideológica, eximindo as estruturas políticas e as elites econômicas de suas responsabilidades históricas na manutenção da pobreza regional. Portanto, transformar o semiárido exige, antes de tudo, desconstruir a ideia de uma região Nordeste produzida por narrativas de medo, atraso, miséria e problema, possibilitando a construção de uma nova narrativa baseada em suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento (Albuquerque Jr., 2009).

É precisamente na esteira da construção dessas velhas narrativas que, em tempos recentes, o cenário de disputas territoriais tem sido oxigenado por alternativas que materializam esse novo olhar sobre as possibilidades de ação eficiente no semiárido. Sob o paradigma da convivência, a atuação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) emerge como um fenômeno de capilaridade democrática, traduzindo esta ruptura com o assistencialismo, focando na implementação de ações concretas em busca de soberania hídrica e alimentar (Malvezzi, 2007).

O diferencial dessa rede reside na promoção de tecnologias sociais que visam fortalecer a autonomia camponesa. Podemos citar como exemplo claro de aplicação destas tecnologias a articulação da captação de águas pluviais, tendo como destino o abastecimento comunitário e a promoção da cidadania, ampliando a relação com o ecossistema e consolidando uma práxis política que coloca as comunidades rurais como protagonistas de seu próprio desenvolvimento (Malvezzi, 2007). Entretanto, essa capacidade de auto-organização e protagonismo não nasce de um vazio histórico; ela mergulha suas raízes em diversas expressões de subjetividade sertaneja, onde a religiosidade ocupa um importante papel.

No entendimento desta dimensão abstrata do semiárido brasileiro, observamos a força da fé sertaneja, de maneira individual e coletiva. Podemos afirmar que a religião se constitui como um pilar estruturante das identidades culturais e das redes de sociabilidade regional. O catolicismo popular, em sua vertente mais orgânica, consolidou-se historicamente por meio de lideranças carismáticas que supriram necessidades e preencheram os vazios deixados pelo poder institucional, exercendo um papel decisivo na ordenação social das comunidades. Personalidades expressivas, como o Padre Ibiapina, o Padre Cícero e Antônio Conselheiro não apenas capitanearam movimentos de espiritualidade, mas articularam verdadeiros sistemas de assistência mútua e autogestão comunitária. Contudo, é necessário evitar leituras idealizadas pois, ao mesmo tempo que a religião fortaleceu práticas de solidariedade coletivas, também contribuiu para a produção de reducionismos, reforçando as associações da região às condições problemáticas (Hoornaert, 1991).

Embora a narrativa da escassez e do sofrimento climático seja onipresente, as manifestações culturais do semiárido desvelam dimensões afetivas e identitárias que ultrapassam a ideia da tragédia regional. Os processos migratórios, nesse cenário, raramente se configuram como uma ruptura na própria condição de existência; ao contrário, eles se estabelecem como uma experiência de transitoriedade, intrinsecamente ancorada na esperança do retorno. O território sertanejo funciona, portanto, como um centro gravitacional e uma referência simbólica inabalável para o sujeito migrante. Esses laços de pertencimento, que resistem à distância e ao tempo, ressignificam a partida não como um abandono, mas como uma extensão do próprio sertão, reforçando redes de solidariedade e identidades que atravessam gerações e fronteiras geográficas (Albuquerque Jr., 2009).

Adicionalmente, a arquitetura social do semiárido é atravessada pela centralidade das práticas festivas. As celebrações populares, os ciclos religiosos e os ritos de parentesco constituem espaços privilegiados de reafirmação identitária, funcionando como dispositivos de coesão em territórios historicamente marginalizados.

É importante notar que, mesmo sob o signo da escassez material, a efervescência dessas manifestações revela uma vigorosa capacidade de atuação das populações sertanejas. Ao converter o encontro em um exercício de solidariedade e celebração coletiva, o sertão subverte as narrativas de passividade ou resignação, reafirmando a festa como um ato político de vigência cultural e resistência simbólica não apenas as adversidades do meio, mas também aos discursos que historicamente as constroem e as reitera (Albuquerque Jr., 2009). Contudo, essa resiliência cultural e identitária do povo sertanejo sempre coexistiu em tensão com estruturas de poder que buscaram, historicamente, submeter o território a interesses privados.

A complexidade social do semiárido brasileiro foi edificada por uma densa trama de atores institucionais e econômicos que disputam a hegemonia sobre o território. Historicamente, essa estrutura consolidou-se através de uma tríade composta por oligarquias rurais, aparatos estatais e, mais recentemente, por novas configurações da sociedade civil. Segundo Leal (1997), a face mais visível dessa dinâmica foi o coronelismo, um sistema de dominação que, longe de representar um isolamento do interior, atuou como uma sofisticada articulação entre as elites locais e o Estado nacional. Nessa reciprocidade assimétrica, o controle patrimonial da terra convertia-se em influência política, onde o chamado “coronel”, garantia a mobilização do eleitorado em troca de autonomia e recursos públicos. Assim, a infraestrutura estatal convertia-se em moeda de troca, consolidando uma governança historicamente pautada pelo clientelismo e pela dependência estrutural (Leal, 1997).

Nas últimas décadas, a dinâmica política no semiárido brasileiro não apenas persistiu, mas sofisticou-se por meio de metamorfoses nas formas de exercício do poder regional, configurando o



que no contexto atual é denominado como "coronelismo eletrônico". Esse fenômeno caracteriza-se pela apropriação privada de concessões públicas de radiodifusão e televisão por oligarquias tradicionais, que reconfiguram os meios de comunicação de massa em instrumentos de blindagem política e construção de hegemonias simbólicas. Lima (2006) afirma que essa articulação revela uma simbiose entre as práticas clientelistas herdadas do período agrário e as tecnologias contemporâneas de informação. Ao monopolizar o fluxo de notícias e a visibilidade pública, esses grupos perpetuam padrões históricos de concentração de poder, substituindo o chicote e o curral pela manipulação da agenda e pelo controle do imaginário coletivo (Lima, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro desenvolve um deslocamento paradigmático, buscando ultrapassar a limitada e assistencialista "lógica do combate" em favor de um planejamento regional integrado. A institucionalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, consolidou esse marco, fundamentando-se nas teses cepalinas e nas formulações intelectuais de Celso Furtado. Concebida como um centro de inteligência e intervenção, a autarquia visava minar as raízes estruturais do atraso regional por meio da indução industrial e da desconcentração de renda. O projeto furtadiano, portanto, não buscava apenas mitigar a estiagem, mas reconfigurar a inserção do Nordeste na economia nacional, promovendo uma modernização que respeitasse e ao mesmo tempo transformasse as especificidades socioeconômicas do território (Furtado, 1962).

No quadro atual, o sistema de proteção social no Brasil provocou uma inflexão significativa no semiárido, deslocando o centro de gravidade das populações vulnerabilizadas para o âmbito das políticas públicas federais. Programas de transferência condicionada de renda, com destaque para o Bolsa Família, se consolidam como ações para além da ideia de alívio imediato à pobreza extrema, constituindo-se como mecanismos de garantia de direitos mínimos em comunidades historicamente negligenciadas. A relevância sociopolítica dessas intervenções reside na institucionalização de uma relação direta e desintermediada entre o Estado e o cidadão. Ao converter o benefício em um direito subjetivo e automatizado, tais políticas desencadearam uma erosão parcial nos mecanismos seculares de mediação clientelista exercidos pelas oligarquias locais, fragilizando o poder de barganha dos "coronéis" e fomentando novas dinâmicas de autonomia e subjetivação política no meio rural (Nascimento, 2012).

Embora as políticas de transferência de renda tenham sua importância no combate imediato à fome, uma parte considerável da literatura crítica faz um alerta importante: medidas apenas assistencialistas não dão conta de gerar mudanças estruturais de longo prazo. Entende-se que a construção de uma cidadania de fato no semiárido é um processo complexo, que deve ir além do alívio da pobreza evidenciada; para que ocorra, é preciso discutir a democratização real do acesso à terra e o fortalecimento de mercados de trabalho incluídos. O desenvolvimento territorial, na

perspectiva de valorização endógena, exige que o poder público recue nos processos de imposição de modelos prontos e favoreça a validação dos saberes tradicionais locais, evidenciando assim os aspectos singulares da região (Sachs, 2008).

Ao analisarmos criticamente as dinâmicas sociais no semiárido, observamos assimetrias inerentes à divisão sexual do trabalho e às hierarquias de gênero. Nas zonas rurais submetidas ao estresse hídrico e demais situações de vulnerabilidade, a responsabilidade estrutural pelo abastecimento doméstico recai, desproporcionalmente, sobre mulheres e crianças, onde são submetidas a jornadas de trabalho exaustivas a fim de garantir a subsistência familiar. Essa configuração evidencia que a escassez de infraestrutura não é um fenômeno neutro; ela atua como um vetor de aprofundamento de desigualdades historicamente consolidadas, confiscando o tempo e limitando o protagonismo desses grupos (Heredia, 1996).

Nesse sentido, a democratização do acesso aos recursos por meio de tecnologias sociais descentralizadas não possui somente uma funcionalidade técnica: ela atua como uma reconfiguração das relações de poder, desonerando o trabalho reprodutivo feminino e abrindo fissuras na estrutura patriarcal que, por gerações, amparou-se na gestão da escassez para imobilizar a capacidade de ação das mulheres sertanejas. Essa cisão na base material da existência, possibilita a retomada do tempo e do corpo como dimensões vinculadas à emancipação, repercutindo inevitavelmente na forma como o território é percebido e simbolizado, uma vez que a experiência vivida constitui a matéria-prima de toda representação espacial (Costa, 2013).

Determinadas leituras geográficas, ao consolidarem o Nordeste como “região-problema”, contribuíram para a produção de discursos que, ao naturalizar a escassez, reforçaram processos de imobilização social, limitando assim o avanço de possibilidades de desenvolvimento regional, fortalecendo narrativas de passividade ou resistência puramente biológica (Oliveira, 1977). Essa complexidade sistêmica, que articula variáveis históricas e culturais, projeta-se com intensidade sobre a experiência feminina, cujos corpos e trajetórias foram historicamente confinados a uma semântica de sacrifício e domesticidade.

A INVENÇÃO DA MULHER NORDESTINA E O FUTEBOL

A construção da identidade da mulher nordestina no imaginário social brasileiro foi, historicamente, atravessada por uma estética da escassez e da domesticidade. Consolidada por narrativas literárias e midiáticas que remontam ao século XX, essa figura é frequentemente enraizada no arquétipo da retirante ou da mulher de fibra que luta contra a seca e a precariedade doméstica. No entanto, essa representação atua como um revés simbólico: ao associar a nordestina

exclusivamente ao lugar da subserviência ou do exotismo, o enunciado hegemônico nega a ela o direito à modernidade e ao lazer competitivo (Silva, 2022).

Nessa tessitura, Silva aponta como as representações da mulher nordestina são recorrentes associadas a imagens estereotipadas.

As imagens sempre divulgam a representação de uma mulher que vivencia contextos de dificuldades, implicitamente, com uma certa humildade, apresentando-a enquanto mulher resignada, submetida a uma condição de trabalho bastante sacrificada. Um outro dado relevante é que o estereótipo da mulher nordestina sempre está relacionado a uma significação de mulher rural – em difícil aparição há a imagem de uma mulher urbana e que tem “vida” em uma capital ou em uma cidade cuja base econômica não seja tão somente de base rural (Silva, 2022, p.255).

Entretanto, tais imagens contribuem para produzir e/ou ratificar uma concepção institucionalizada segundo a qual os nordestinos seriam sujeitos marcados por sofrimento, pela ingenuidade e por um suposto alheamento em relação ao mundo. Dessa forma, perpetua-se uma representação folclorizada que os posiciona à margem do conhecimento e da consciência política e social, retratando-os como indivíduos suscetíveis às influências colonialistas e inseridos em relações de submissão. Em consequência, consolida-se a ideia de que estariam condenados a uma existência pautada pelo sacrifício, marcada por limitadas perspectivas de mobilidade social e de inserção no mercado de trabalho (Albuquerque Jr., 2003; Silva, 2022).

Em sua obra sobre a história do gênero masculino no Nordeste do século XX, o historiador Durval Muniz (2003) analisa como essa construção cultural de masculinidade foi forjada. O autor examina, ainda, como tal modelo reagia à horizontalização da sociedade em plena transformação e aos direitos que eram conquistados pelas mulheres da época.

(...) A percepção de que as mulheres começavam a ocupar lugares que antes não eram a elas destinados. Este processo de virilização das mulheres é acompanhado da sensação de enfraquecimento dos homens, que não são capazes mais de atualizarem os antigos modelos de comportamento masculino, contribuindo para a ruína das famílias e das propriedades. É como se os homens levados a frequentar os melhores colégios e faculdades, ao se bacharelarem e se urbanizarem, perdessem a antiga fibra, se amiudassem na hora que eram chamados a assumir o lugar de seus antepassados. A própria perspectiva de vida para estas pessoas parecia se encurtar com este corte que vinha se estabelecendo entre o passado e o presente. Ao se amiudar o passado, se amiudavam com ele os próprios personagens masculinos que haviam sido, neste tempo, as figuras centrais na história do país e da região (Albuquerque Jr., 2001, p. 97).

Logo, à medida em que a sociedade se nivelava, ou seja, se “feminizava” na visão do patriarcalismo rural, em decorrência da crescente urbanização e das influências estrangeiras, provocavam o que as oligarquias agrárias da época percebiam como uma suavização dos valores tradicionais. Neste sentido, Azevedo (2019) afirma que até o século XIX as mulheres nordestinas eram excluídas da cidadania plena:

Importante mencionar que a mulher do sertão nordestino do século XIX não era considerada uma cidadã política, pois estava restrita ao espaço privado; além disso, não estudava e raramente aprendia a ler, e quando o fazia era por meio de professores particulares, ao contrário de seus irmãos, que frequentavam a escola e aprendiam Filosofia e línguas (Azevedo, 2019, p.5).

Ademais, neste período a mulher era tratada e vista como objeto e não como sujeito, permanecendo completamente ausente de desejos, conforme o código social da época. Uma das figuras mais emblemáticas da mulher nordestina e, talvez, a mais popular é Maria Bonita. Negreiros (2018), ao discutir as relações de gênero dentro do fenômeno do cangaço, mostra-nos que, embora transgressora, Maria de Déa estava longe de ser feminista. Mesmo à frente de seu tempo, não se incomodava com a opressão de outras mulheres dentro do grupo. Essa visão mitificada da “guerreira” impede-nos de visualizar que a mesma também estava inserida em um contexto de subjugação e violência.

Ao problematizar a construção identitária da mulher nordestina, em particular a sertaneja, Albuquerque Jr. (2001, p. 247) ressalta que:

[...] A mulher-macho era aí uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante. Portanto, o discurso regionalista nordestino vai criando não só o homem nordestino, mas a própria mulher nordestina como caracterizados por traços masculinos, traços da sertaneja.

O processo de construção da memória coletiva, produzido pelo discurso regionalista, reforça o que defende Joseli Silva (2010) ao evidenciar que as relações de poder, hierarquia e dominação se inscrevem nos corpos, condicionando as formas pelas quais estes são socialmente percebidos, estratificados e regulados, estabelecendo, desse modo, quais corporalidades são legitimadas ou interditas no interior do espaço esportivo. À luz dessa perspectiva, o “afastamento” das mulheres nordestinas das práticas lúdicas e esportivas pode ser interpretado como materialização dos matizes discursivos regionalistas e patriarcais que, historicamente, contribuíram para delimitar os lugares socialmente atribuídos a esses sujeitos, bem como para restringir suas possibilidades de inserção nesses recintos.

Tal cerceamento se aprofunda, pois a figura da atleta nordestina, que exige alta performance, técnica e ocupação do espaço público colide com esse estereótipo regionalista que prefere enxergá-la através da lente do atraso ou da força bruta, deslegitimando sua apropriação técnica ou condicionamento físico do campo de jogo. Tal rótulo reforça a ideia sexista de que, ao jogarem, elas buscam emular o comportamento masculino, sugerindo implicitamente que o futebol é um território exclusivo dos homens.

Outrossim, a história do futebol praticado por mulheres no Brasil é marcada por diversos atravessamentos, sendo o mais impactante deles a proibição da prática no início dos anos 1940,

durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. A medida proibitiva foi estabelecida por Decreto-lei 3.199 após amplos debates entre diversos setores sociais, compostos majoritariamente por homens brancos, como médicos, políticos e jornalistas (Silva, 2017).

Imbuídos por ideologias eugenistas da época, o intento apresentado por esses “especialistas” era de que o futebol “masculinizaria” o corpo feminino (Goellner, 2008). Por exigir um esforço físico intenso, o esporte prejudicaria o ventre das mulheres e, conseqüentemente, as impediria de exercer a maternidade, justificando o inciso de que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Brasil, 1941, art. 54). Diante deste quadro, embora o futebol tenha se democratizado, o mesmo continua sendo administrado e dominado por homens⁴, ou seja, a estrutura androcêntrica que regia o futebol brasileiro permaneceu e se fortificou, apesar dos avanços.

Vale acrescentar que é difícil delimitar um marco sobre a participação das mulheres no futebol brasileiro, tendo em vista que se trata de um território com dimensões continentais. No entanto, as mulheres sempre estiveram envolvidas com a modalidade, como ressalta o pesquisador Jorge Knijnik (2006):

Porém, ao se observar o esporte e sua evolução no Brasil um pouco mais detidamente, o que se constata é que as mulheres em nosso país sempre estiveram, de uma forma ou outra, envolvidas com o futebol. Seja competindo, atuando nos bastidores, torcendo fanaticamente, praticando jogos entre elas, no recreio das escolas, enfim, as mulheres possuem uma vasta história de relacionamento com a modalidade (Knijnik, 2006, p.8).

Bem como à história do futebol praticado por mulheres no Nordeste, os primeiros indícios de sua prática remontam à década de 1920. O acervo iconográfico mais antigo de que se tem notícia, identificado por Bonfim (2023), retrata as equipes potiguares do Sport Club Natalense e do ABC Foot-ball Club. Paralelamente, no Ceará, a apropriação feminina do esporte ocorreu de forma distinta, as mulheres ocupavam o espaço das arquibancadas como espectadoras, registro este presente na imprensa cearense do período (Nascimento, 2019).

Nas palavras de Bonfim (2023, p. 89), “tal fonte nos oferece um importante pista sobre o início da divulgação da prática do futebol feminino no Nordeste em particular e no Brasil em geral”. Este fato revela que as mulheres da região ocuparam o espaço esportivo muito antes do que se imaginava, ou seja, a ideia de que as nordestinas estavam ausentes do futebol foi um discurso construído pelos meios de comunicação, ancorado nas elites dominantes que exerciam papel importante no que era ou não aceito socialmente.

Todavia, segundo Silva (2022, p.1) “a história do futebol brasileiro é contada quase que majoritariamente pelas perspectivas da inserção do esporte no Sudeste do país”, embora não seja

⁴ Conforme a reportagem realizada por Sanny Bertoldo (2021) em que demonstra a falta de representatividade feminina no futebol, uma vez que apenas 2,7% dos gestores de clubes de futebol são mulheres.

totalmente impreciso afirmar que existe uma certa precariedade no desenvolvimento da modalidade no Nordeste, isso decorre de um passado marcado pela falta de investimentos por parte das federações locais e pela falta de interesse midiático, fatores que ajudaram no negligenciamento da modalidade na região.

FUTEBOL DE MULHERES, IDENTIDADE REGIONAL E RESISTÊNCIA

O resultado desta construção discursiva sobre a região Nordeste, produziu uma narrativa esportiva historicamente centralizada no eixo Rio-São Paulo, operando como um filtro que seleciona quais corpos são dignos de protagonismo e quais histórias merecem ser contadas. No caso da mulher nordestina no futebol, observa-se o fenômeno da invisibilidade seletiva, enquanto atletas do Sul e Sudeste são apresentadas sob a ótica do profissionalismo, do investimento e da tática, as atletas e clubes do Nordeste são frequentemente lançados ao campo do exótico ou do assistencialismo.

Quando a cobertura midiática nacional passa a direcionar seu olhar ao futebol praticado por mulheres no Nordeste, raramente o faz para analisar o desempenho técnico das equipes, mas para destacar a superação da pobreza ou as dificuldades estruturais, reforçando o estigma de que o esporte na região é um ato de heroísmo isolado, e não uma prática profissional consolidada. Conforme aponta Capra (2024, p.13), “os meios de comunicação foram fundamentais para a ampla disseminação do esporte em solo brasileiro”. Neste sentido, a disseminação dessas informações deu origem a fluxos centralizados que, ao privilegiarem certas regiões, acabaram por consolidar um monopólio esportivo que relega o Nordeste a uma posição periférica.

Por exemplo, na Figura 2 a notícia 1, refere-se a um time de São Paulo focado em reforços e estratégia, versus a reportagem 2 de um time da região Nordeste focada em dificuldade e falta de profissionalismo. Entretanto, no caso de times da região Sudeste, as notícias tratam o futebol de mulheres como uma operação de alto nível, discutindo renovações de contrato até 2028 e contratações de atletas da Europa e Argentina. Enfatiza-se, assim, o planejamento e a expansão. Fala-se em “contratos longos” e “elevar o nível da equipe” e o clube é visto como um destino profissional e ambicioso. Mesmo para grandes clubes do Nordeste que tentam se profissionalizar, a mídia frequentemente foca nas barreiras físicas e financeiras.

Em casos de times menores ou em divisões de acesso, a narrativa de “passagens e ônibus” ou “falta de profissionalismo” é a regra. Um exemplo dessa construção discursiva pode ser observado na cobertura do Globo Esporte (GE), na Figura 2, no segundo enunciado é relatado a realidade do futebol de mulheres paraibano dando destaque para a falta de “profissionalismo” na modalidade.

Como aponta Januário (2021, p. 1), “a baixa visibilidade dos times nordestinos no cenário nacional é um dos grandes entraves para o crescimento da modalidade”. Contudo, para uma compreensão real do impasse, não basta focar apenas nas consequências imediatas, precisamos investigar as raízes estruturais que permitem que esse cenário de abandono se mantenha.

Figura 2 – Reportagens 1 e 2 retratam diferentes visões sobre o futebol de mulheres no Brasil.



Fonte: Jornal O Tempo, 2026 e Globo Esporte (GE), 2018.

Comumente, não se questiona a ausência de cotas televisivas ou de fomento federativo, em vez disso, projeta-se sobre a mulher nordestina e seus clubes a pecha da “incapacidade profissional”, reforçando o estereótipo de que o Nordeste é uma região onde o esporte não consegue se consolidar por deficiência própria, e não por exclusão planejada. O futebol praticado por mulheres nesta região é constantemente pautado pela “falta de”, ou seja, falta de calendário, falta de apoio e falta de transporte adequado, reforçando uma associação da região Nordeste com a ausência.

Destarte, quando a cobertura esportiva foca apenas nas dificuldades, ela afasta quem investe. Nenhuma marca quer colocar dinheiro em um problema. Quando centralizada na estratégia de sobrevivência e na qualidade técnica, ela atrai patrocínios, porque mostra um ambiente profissional que sabe lidar com “recursos limitados”. Importante frisar que na última edição da Copa do Mundo Feminina, que aconteceu em 2023 na Austrália e Nova Zelândia, 32% do elenco da Seleção Brasileira convocada para representar o Brasil na competição era composta por jogadoras nordestinas, totalizando 8 atletas entre a delegação brasileira⁵. Essa diferenciação retira da nordestina a sua identidade como profissional do esporte e a confina em um estereótipo de que

⁵ Globo Esporte, 2023.

alimenta o imaginário de que o Nordeste é um lugar de passado e carência, e não de potência e apropriação esportiva.

Diante deste contexto, o Quadro 01 demonstra como a utilização de determinados termos estabelece enquadramentos que reforçam assimetrias de poder. Neste caso, o aparato midiático não apenas transmite, mas molda o território simbólico do futebol de mulheres, ao definir visibilidades e ocupar arenas específicas, institui geografias desiguais, determinando os espaços de prestígio e os territórios de invisibilidade (Barbosa, 2025).

Este quadro sintetiza a análise documental e bibliográfica do artigo, evidenciando como o imaginário geográfico e discursivo criou uma “hierarquia de credibilidade” no jornalismo desportivo operando para validar o eixo Sul-Sudeste como o centro do profissionalismo, enquanto marginaliza a produção futebolística do Nordeste. Os critérios de análise baseiam-se na identificação de padrões narrativos contrastantes: de um lado, a cobertura do Sudeste utiliza um vocabulário de mercado e gestão, como observado na reportagem do jornal O Tempo (2026) sobre o São Paulo, do outro, a cobertura do Nordeste é pautada pela carência e pela “resistência aguerrida”, como exemplificado pela matéria do GE Paraíba (2018).

Além disso, a instabilidade institucional, evidenciada pelo encerramento de equipes vitoriosas como as do Fortaleza e Ceará⁶, reforça a ideia de que o Nordeste é um espaço construído geograficamente e generificado para a exclusão, onde o sucesso desportivo não garante a permanência estrutural, confinando a mulher nordestina a um ciclo de marginalização e migração forçada para obter validação profissional.

Esses arranjos discursivos geram impactos materiais profundos. Os elementos presentes no enfoque da narrativa sobre “incapacidade institucional” e “amadorismo” na região cria um ciclo vicioso que afasta patrocínios, pois marcas evitam associar-se a projetos descritos como instáveis. Além disso, a mídia reforça a migração compulsória como único caminho para o sucesso, a ideia de que a atleta precisa “subir” para o Sul para ser, de fato, profissional. Isso promove um esvaziamento dos talentos locais e impede a consolidação de ídolos que poderiam fortalecer o futebol dentro de seus próprios territórios.

O campo da comunicação esportiva não atua como uma representação passiva da realidade, mas como um agente produtor de sentidos que define quem tem o direito à profissionalização. Ao narrar o futebol de mulheres, o aparato midiático estabelece uma hierarquia geográfica onde o território define o tom da notícia. Tal hierarquia manifesta-se quando a cobertura ignora as táticas e o desempenho técnico de certas regiões para focar apenas em suas carências, condicionando a percepção do público e de investidores sobre a viabilidade do esporte fora dos grandes centros econômicos.

⁶ Noticiados pelo Lance! (2025) e Diário do Nordeste (2024 e 2025).

Superar essa dicotomia exige uma mudança de paradigma na narrativa do jornalismo esportivo. É necessário que a imprensa esportiva aplique ao futebol nordestino o mesmo rigor técnico e analítico dedicado ao Sudeste, denunciando a precariedade sem transformá-la em espetáculo dramático. Uma cobertura emancipada deve cobrar responsabilidade das federações e clubes, tratando as atletas nordestinas como profissionais que demandam estrutura, e não apenas como personagens de contos de superação que sobrevivem apesar do sistema.

Quadro 01 - Padrões de representação midiática no futebol de mulheres.

Categoria de Análise	Eixo Sul-Sudeste	Região Nordeste	Fonte
Enfoque Narrativo	A atleta é vista como um ativo de investimento e peça de um plano de gestão.	A atleta é vista como uma “guerreira” que precisa superar a falta de estrutura básica.	Jornal O Tempo, 2026. vs Globo Esporte Paraíba, 2018.
Vocabulário Comum	“Contratos longos”, “Mercado sul-americano”, “Reforços”, “Planejamento”.	“Dificuldades”, “Amadorismo”, “Falta de verba”, “Superação”, “Incapacidade”.	Diário do Nordeste, 2024/25.
Estabilidade Institucional	Clubes com departamentos estruturados e calendários fixos.	Projetos que são encerrados subitamente por “readequação orçamentária”.	Lance!, 2025.
Origem Geográfica	Atleta de elite, técnica, inserida em centros de treinamento modernos.	Corpo marcado pela falta de apoio, migração para o Sul como única saída.	Agência Brasil, 2023.

Fonte: autores, 2026.

Por conseguinte, a linguagem mobilizada pela mídia atua como um dispositivo que condiciona a percepção do público, especialmente no que tange à sub-representação do futebol no Nordeste. A falta de transmissões de clubes desta região em rede nacional cria uma falsa sensação de vazio esportivo, quando, na verdade, trata-se de um fenômeno “não filmado” pelos centros de poder. Tal silenciamento, para a pesquisadora Soraya Januário (2021), evidencia que a presença dessas mulheres é obscurecida por escolhas editoriais que marginalizam a região.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste trabalho, que integra uma pesquisa de mestrado em andamento, permite afirmar que a invisibilidade da mulher nordestina no futebol não é uma mera lacuna de divulgação, mas uma estratégia de silenciamento enraizada em construções históricas e geográficas (Albuquerque Jr., 2003; 2009). Mostrando como a região nordestina, constantemente estigmatizada pela cifra das exiguidades, projeta sobre o corpo das mulheres uma carga de subordinação que colide com a imagem da atleta profissional de alto rendimento.

Ademais, torna-se evidente que a construção identitária do Nordeste operou através de uma territorialidade excludente, onde a “nordestinidade” foi frequentemente sinônimo de um patriarcalismo geográfico que utilizava a biologia como ferramenta de controle espacial. Ao observarmos a transição dos argumentos, do determinismo biológico das décadas de 1940 (que alegava a “fragilidade natural” da mulher) para a higienização moralista dos anos 1960 (focada na preservação da “decência”), desvela-se que o gênero não foi um elemento acessório, mas um pilar estruturante da regionalidade (Albuquerque Jr, 2003).

Inventar o Nordeste exigiu a manutenção de espaços simbólicos rigidamente masculinizados, neles, a prática do futebol por mulheres não era apenas uma “transgressão esportiva”, mas uma subversão da própria ordem política e espacial que definia o que era ser nordestino. Portanto, a resistência dessas atletas não se deu apenas no campo de jogo, mas no campo do discurso, desafiando uma historiografia que tenta naturalizar o silenciamento feminino como parte integrante da cultura regional.

Por fim, desconstruir a invisibilidade da mulher sertaneja exige uma ruptura cultural com as narrativas de fatalismo e a democratização real dos investimentos e espaços de fala. O futebol de mulheres no Nordeste não deve ser lido como um ato de heroísmo isolado, mas como uma prática profissional que reivindica seu lugar legítimo na história oficial do esporte nacional. Este trabalho reafirma, portanto, a urgência de novas cartografias esportivas que reconheçam o protagonismo e a identidade da mulher nordestina para além dos estereótipos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/597662>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no nordeste do começo do século. **História: questões e debates**, Curitiba, n. 34, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ALMEIDA, André. **Desistência escancara falta de interesse e de projeto do Ceará com o futebol feminino**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/andre-almeida/desistencia-escancara-falta-de-interesse-e-de-projeto-do-ceara-com-o-futebol-feminino-1.3485997>. Acesso em: 19 fev. 2026.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 2005.

AZEVEDO, Ana Karina Silva; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1–14, 2019. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e2800. Acesso em: 9 jan. 2026.

BARBOSA, Bianca Monteiro Spínola. **Barreiras e superações**: a história do futebol de mulheres no Brasil e sua relação com o espaço geográfico. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 3 nov. 2025.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERTOLDO, Sanny. **Apenas 2,7% gestores dos clubes de futebol são geridos por mulheres**. Gênero e Número, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-no-futebol/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BONFIM, Aira Fernandes. **Futebol feminino no Brasil**: Entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941). São Paulo: [s. n.], 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2026.

CAPRA, Mariana Campos. **A construção da imagem das jogadoras de futebol brasileiras**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Arte e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CONVOCADAS do Brasil para Copa do Mundo 2023: veja a lista de Pia. GE, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2023/06/27/convocadas-do-brasil-para-copa-do-mundo-2023-veja-a-lista-de-pia.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, Adriano Borges (org.). **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4778>. Acesso em: 03 mar. 2026.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Massangana, 2006.

FURTADO, Celso. (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recorde: revista de história do esporte**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-28, jun. 2008.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A divisão do trabalho entre homens e mulheres**. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). Agricultura familiar e reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1996.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1978.

HOORNAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Semiárido**. In: Quadro geográfico de referência para produção, análise e disseminação de estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/21_Semiarido.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; LEAL, Daniel. **Seleção Brasileira e futebol de mulheres no Nordeste**: descaminhos de um mesmo problema. Ludopédio, São Paulo, v. 144, n. 37, 2021.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Femininos e masculinos no futebol brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LANCE!. **Após acesso inédito, Fortaleza encerra atividades no futebol feminino**. Terra/Lance!, São Paulo, 29 dez. 2025. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-feminino/fortaleza-encerra-atividades-futebol-feminino.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LINDO, Paula Vanessa De Farias; PEREIRA, Stéfany. Geografias feministas e interseccionalidade como metodologias para ler e estar no mundo: investigando mulheres torcedoras de futebol e o machismo. **GEOFRONTER**, v. 9, 2023.

LOUREIRO, Tiago. **Falta de profissionalismo é empecilho para a afirmação do futebol feminino no estado**. Globo Esporte PB, João Pessoa, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/pb/noticia/falta-de-profissionalismo-e-empecilho-para-a-afirmacao-do-futebol-feminino-no-estado.ghtml>. Acesso em: 8 fev. 2026.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/380>. Acesso em: 05 mar. 2026

MASCARENHAS, Gilmar de Jesus. A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. **Conexões**, v. 1, n. 2, p. 46-46, 1999.

MIGRAÇÕES concentram futuro do futebol feminino no Sul e Sudeste. **Agência Brasil**, Brasília, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-08/migracoes-concentram-futuro-do-futebol-feminino-sul-e-sudeste>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2008.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>.

NASCIMENTO, Karine. **A verdadeira regra do impedimento: a história do futebol feminino cearense**. Natal: Primeiro Lugar, 2019.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIMENTA, Rosângela Duarte. **Desvendando o jogo: futebol amador e pelada na cidade e no sertão**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9468/1/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÃO PAULO amplia olhar para o mercado sul-americano no feminino; veja nomes já anunciados. **O Tempo**, Belo Horizonte, 9 jan. 2026. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/sports/futebol-feminino/2026/1/9/sao-paulo-amplia-olhar-para-o-mercado-sul-americano-no-feminino-veja-nomes-ja-anunciados>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SILVA, Giovana Capucim. **Mulheres impedidas:** a proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SILVA, Jailma Maria da. O signo linguístico e a representação semiológica da mulher nordestina: olhares plurais. **Seminário Interlinhas**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 37-54, 2010.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Natalia. História oral de mulheres do futebol brasileiro através da memória de mulheres não brancas nascidas no Norte e Nordeste do Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE FUTEBOL, 4., 2022, São Paulo. **Anais [...]. São Paulo: Museu do Futebol: Sesc Pompeia, 2022.** Disponível em: <https://dados.museudofutebol.org.br/site/siteanexos/download/770228>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: 1 mar. 2026

SILVEIRA, Crisneive. **Opinião: Fim das Leas expõe fragilidade estrutural do Fortaleza no futebol feminino.** Diário do Nordeste, Fortaleza, 30 dez. 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/jogada/fim-das-leas-expoe-fragilidade-estrutural-do-fortaleza-no-futebol-feminino-1.3722707>. Acesso em: 24 jan. 2026